



GOVERNADOR  
**Luiz Fernando de Souza**

VICE-GOVERNADOR  
**Francisco Dornelles**

## ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO  
*Christino Aureo da Silva*

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
*Afonso Henriques Monnerat Alves da Cruz*

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO  
*Gustavo de Oliveira Barbosa*

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS  
*José Iran Peixoto Júnior*

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA  
*Antonio Roberto Cesário de Sá*

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA  
*Erir Ribeiro Costa Filho*

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
*Luiz Antonio de Souza Teixeira Junior*

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL  
*Roberto Robadey Costa Junior*

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
*Wagner Granja Victor*

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
*Gustavo Reis Ferreira*

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
*Rodrigo Goulart de Oliveira Vieira*

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
*Antônio Ferreira Hora (Interino)*

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA  
E ABASTECIMENTO  
*Jair de Siqueira Blttencourt Júnior*

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA  
*Milton Rattes de Aguiar*

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
*André Luiz Lazaroni de Moraes*

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE  
*Thiago Pampolha Gonçalves*

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO  
*Nilo Sergio Alves Felix*

SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS  
PARA MULHERES E IDOSOS  
*Átala Alexandre Nunes Pereira*

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
*Leonardo Espindola*

PORTAL DO CIDADÃO - GOVERNO DO ESTADO  
[www.governo.rj.gov.br](http://www.governo.rj.gov.br)

## SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	2
Gabinete do Governador.....	10
Governadoria do Estado.....	10
Gabinete do Vice-Governador.....	10
<b>ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)</b>	
Casa Civil e Desenvolvimento Econômico.....	10
Governo.....	11
Fazenda e Planejamento.....	12
Obras.....	20
Segurança.....	22
Administração Penitenciária.....	26
Saúde.....	27
Defesa Civil.....	28
Educação.....	28
Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social.....	34
Transportes.....	35
Ambiente.....	36
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.....	37
Trabalho e Renda.....	37
Cultura.....	38
Esporte, Lazer e Juventude.....	38
Turismo.....	39
Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos.....	39
Procuradoria Geral do Estado.....	39
AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO.....	43
REPARTIÇÕES FEDERAIS.....	43

AVISO: O Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro  
Parte I - Poder Executivo (com o Caderno de Notícias),  
Parte I-JC — Junta Comercial,  
Parte I (DPGE) — Defensoria Pública Geral do Estado,  
Parte I-A — Ministério Público,  
Parte I-B — Tribunal de Contas e  
Parte IV - Municipalidades  
circulam hoje em um só caderno

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 7776 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

**PROÍBE RECEBIMENTO DE OBRA PÚBLICA,  
EXECUTADA OU FINANCIADA POR ENTE PÚBLICO  
ESTADUAL, NA FORMA QUE MENCIONA.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam proibidas as inaugurações e o recebimento, pela autoridade contratante de obras públicas estaduais incompletas ou que, embora concluídas, não estejam em condições de atender aos fins a que se destinam e não estejam em conformidades com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

**§1º** - Para os fins desta Lei, entende-se como obra pública todas as construções, reformas, recuperações ou ampliações, custeadas pelo Poder Público Estadual, que servirem ao uso direto ou indireto da população, tais como:

**I**- hospitais, unidades de pronto atendimento, unidades básicas de saúde;

**II**- escolas, centros de educação infantil e estabelecimentos similares;

**III**- prédios públicos;

**IV**- rodovias e ferrovias;

**V**- pontes, viadutos, túneis;

**VI**- estações rodoviárias, ferroviárias, metroviárias e hidrovias;

**VII**- aeroportos.

**§2º** - Faz-se necessário que, para se inaugurar uma obra pública, se tenha a aceitação da mesma, consoante atestação da fiscalização do contrato devidamente publicizado.

**Art. 2º** - Consideram-se obras públicas inacabadas ou incompletas aquelas que não apresentarem a conclusão de todas as etapas da construção e as que não preencherem as exigências dos órgãos fiscalizadores.

**Art. 3º** - A inobservância do disposto nesta Lei implica ato de improbidade administrativa.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2017

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Projeto de Lei nº 1270-A/15

Autoria do Deputado: Marcus Vinicius

Id: 2068868

LEI Nº 7777 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA  
DIVULGAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.111,  
DE 25 DE MARÇO DE 2015 E DA PORTARIA  
PRES-DETRAN-RJ Nº 3759, DE 17 DE OUTUBRO  
DE 2006, POR EMPRESAS COMERCIA-  
LIZADORAS DE VEÍCULOS NOVOS E USA-  
DOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - As empresas comercializadoras de veículos novos e usados no Estado do Rio de Janeiro, ficam obrigadas a divulgar a Lei Federal nº 13.111, de 25 de março de 2015 e a Portaria PRES-DETRAN-RJ nº 3759, de 17 de outubro de 2006.

**Parágrafo Único** - Por empresas comercializadoras de veículos entende-se as agências, as concessionárias e as revendedoras.

**Art. 2º** - A divulgação a que se refere o caput do art. 1º, é de caráter interno e caberá a empresa comercializadora de veículos disponibilizar o inteiro teor da Lei Federal nº 13.111/2015, que informa ao cliente o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo e a Portaria PRES-DETRAN-RJ nº 3759/2006, que dispõe sobre o procedimento de licenciamento de veículos usados, comercializados por seguradoras e instituições financeiras.

**Art. 3º** - As Legislações deverão estar em local de fácil acesso, preferencialmente próximo aos vendedores para esclarecimentos aos clientes.

**Art. 4º** - A inobservância ao disposto nesta Lei implicará em sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2017

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Projeto de Lei nº 1977/16

Autoria da Deputada: Ana Paula Rechuan

Id: 2068869

LEI Nº 7778 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

**ALTERA A LEI Nº 5.645, DE 06 DE JANEIRO  
DE 2010, INSTITUINDO, NO ÂMBITO DO ES-  
TADO DO RIO DE JANEIRO, O DIA 16 DE  
OUTUBRO COMO O "DIA ESTADUAL DO PA-  
NIFICADOR".**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Dia Estadual do Panificador, a ser inserido no Calendário Oficial deste Estado e comemorado, anualmente, no dia 16 de outubro.

**Art. 2º** - O Anexo Único da Lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010 (Calendário Oficial), passa a vigorar com a seguinte redação:

"CALENDÁRIO DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO:

(...)

OUTUBRO

(...)

16 - Dia do Panificador."

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2017

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Projeto de Lei nº 2205-A/16

Autoria da Deputada: Marthá Rocha

Id: 2068870

LEI 7779 Nº DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

**DISPÕE SOBRE A CELERIDADE DE TRAMI-  
TAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE  
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE DE  
POLICIAL CIVIL, DE POLICIAL MILITAR, DE  
BOMBEIRO MILITAR, DE INSPECTOR DE SE-  
GURANÇA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁ-  
RIA E DE AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOE-  
DUCATIVA FALECIDO EM SERVIÇO OU EM  
RAZÃO DE SUAS FUNÇÕES.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre a celeridade de tramitação do processo administrativo de concessão de pensão por morte de policiais, civil ou militar, de bombeiros militares, de inspetores de segurança e administração penitenciária e de agentes de segurança socioeducativa, falecidos em serviço ou em razão de suas funções.

**Art. 2º** - Fica assegurada ao beneficiário de pensão por morte de policial civil ou militar, de bombeiro militar, de inspetor de segurança e administração penitenciária e de agente de segurança socioeducativa, falecido em serviço ou em razão de suas funções, a razoável duração do processo administrativo que conceda o benefício e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

**Art. 3º** - O processo de habilitação à pensão especial, de que trata esta Lei, é considerado de natureza urgente e tem início com o requerimento do interessado, devendo o auto de exame cadavérico (AEC), o registro de ocorrência (RO) e a decisão da sindicância ser enviados diretamente ao órgão onde tramite o pedido de pensão por morte, no menor prazo possível, em observância ao disposto no artigo anterior.

**Art. 4º** - É assegurado ao dependente do servidor de que trata o art. 1º desta lei, morto em serviço ou em razão de suas funções, o direito de que os documentos de que trata o artigo anterior sejam enviados pela Administração ao órgão responsável pela concessão do benefício, sem que o beneficiário tenha que obtê-los por meio próprio.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2017

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Projeto de Lei nº 2207/2016

Autoria dos Deputados: Marthá Rocha, Zaquie Teixeira, Paulo Ramos, Wagner Montes E Flávio Bolsonaro

Id: 2068871

LEI Nº 7780 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017

**CLASSIFICA DUQUE DE CAXIAS COMO "MU-  
NICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO"**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica classificado Duque de Caxias como "Município de Interesse Turístico".

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2017

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Projeto de Lei nº 2383/16

Autoria do Deputado: Dica

Id: 2068872

Ofício GG/PL Nº 282 Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2017

**Senhor Presidente,**

Cumprimentando-o, acuso o recebimento 18 de outubro de 2017, do Ofício nº 351- M, de 17 de outubro de 2017, referente ao Projeto de Lei nº 556-A de 2011 de autoria do Deputado Zito que, "**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JORGE PICCIANI**

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

**RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE  
LEI Nº 556-A/11, DE AUTORIA DO SENHOR  
DEPUTADO LUIZ MARTINS QUE, DISPÕE SO-  
BRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE RE-  
PRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA NO ÂMBI-  
TO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DAS  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Não obstante o mérito do Projeto, não foi possível sancioná-lo, pelas razões a seguir expostas.

A medida estabelece atribuições para a Administração Pública, avançando em providências materialmente administrativas que se inserem no rol de atribuições do Poder Executivo, o que fere o art. 61, §1º, II, da Carta Federal.

A nossa jurisprudência vem reconhecer a inconstitucionalidade de normas desta natureza, conforme entendimento do STF e TJERJ.

Dessa forma, o PL vai de encontro ao art. 2º da CRFB/88 e art. 7º da CERJ, que consagram o Princípio da Separação dos Poderes, vez que se trata de iniciativa de matéria reservada ao Poder Executivo.

Cabe ressaltar que, após a análise da área técnica da Superintendência de Atenção Especializada, Controle e Avaliação da Secretaria de Estado de Saúde, não há unidade do SUS habilitada pelo Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro e nem previsão orçamentária para custeio de fonte federal.

Sem a devida habilitação e sem previsão, não há como garantir a assistência especializada à pessoa com problemas de fertilidade, apesar da relevância para a Saúde Pública do objeto de que se trata o PL, e de ser de interesse para a sociedade civil.

Diante do que restou exposto, não me restou alternativa senão a apor veto total ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa.

**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
Governador

Id: 2068873